

ARTIGO

TERRITORIALIDADES E INTEGRAÇÃO: O ESCUDO GUIANÊS
NO CONTEXTO DA INICIATIVA IIRSA¹

Resumo

O artigo aborda uma análise dos processos de configuração territorial no Escudo das Guianas e no Estado de Roraima a partir das políticas de crescimento econômico adotadas pelo Estado brasileiro nos últimos anos e do processo de integração física regional no continente, sob o modelo da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Física Regional em América do Sul – IIRSA. Este tipo de empreendimentos exige e parte da premissa do controle sobre a terra (como fator de produção) e de controle sobre o espaço e o território, premissas que foram fundamentais no projeto colonizador e no projeto da modernidade e que agora se tornam, de novo, relevantes no projeto de acumulação flexível da Globalização. No caso específico do Escudo Guianês, onde se insere o Estado de Roraima, a matriz econômica que a Iniciativa IIRSA estabelece para a região reproduz um modelo claramente extrativista e exportador pelo investimento no agronegócio, na exploração mineral e florestal e na geração de energia a partir de hidrelétricas. Se continuar o avanço sobre estas trilhas, podemos prever em Roraima a manutenção da insegurança dos direitos territoriais dos povos indígenas, bem como a afetação de Unidades de Conservação e a virada das políticas de Assentamento de Reforma Agrária para tornar a pequeno agricultor em trabalhador terceirizado da indústria do biocombustível.

Palavras-chave:

território; integração regional; direitos povos indígenas

Abstract

The article gives a review of the processes of territorial configuration in the Guayana Shield and the state of Roraima from economic growth policies adopted by the Brazilian government in recent years and the process of regional physical integration on the continent, on the model of Integration Initiative Regional Physical Infrastructure in South America - IIRSA. This kind of enterprises requires and assumes control over the land (as a factor of production) and control over space and territory, assumptions that were instrumental in colonizing project and the project of modernity and now become again, the relevant design flexible accumulation Globalization. In the specific case of the Guiana Shield, which includes the state of Roraima, the economic matrix that IIRSA sets for the region clearly plays a model extraction and export by investing in agribusiness, forestry and mineral exploration and hydroenergy. If further progress on these trails, we predict Roraima maintenance insecurity of land rights of indigenous peoples, as well as the allocation of Conservation and turn policies Agrarian Reform Settlement to make small farmer outsourced worker's biofuel industry.

Keywords

territory; regional integration; indigenous rights

* Graduado em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Sevilla -Espanha; Mestre em Ciências Políticas pela Universidade Complutense de Madri -Espanha; atualmente Doutorando em Ciências Políticas pela mesma Universidade.

¹ Comunicação apresentada pelo autor em Seminário Temático no contexto do Iº Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras celebrado na Universidade Federal de Roraima -Brasil entre os dias 5 e 7 de dezembro de 2010.

Introdução

Este artigo nasce a partir do trabalho que elaborei em 2010 como Dissertação para o Mestrado em Ciências Políticas pela Universidade Complutense de Madri – Espanha, com o título *“Megaprojetos e Resistências sociais: o caso das hidroelétricas de Belo Monte e Santo Antônio na Amazônia Brasileira”*, sob a direção dos professores Heriberto Cairo (Universidade Complutense de Madri) e Jaime Preciado (Universidade de Guadalajara – México).

Na ocasião abordávamos a temática dos grandes projetos desenvolvidos na região amazônica e os movimentos sociais de oposição e resistência que se articulavam em torno a estes empreendimentos. Entendíamos por grandes projetos as complexas obras de infraestrutura, nas áreas de transporte ou energia (hidroelétricas, estradas, portos, ...) que estavam sendo implantadas na região amazônica ou estavam programadas para os próximos anos com o objetivo de favorecer a comunicação e a fluidez dos mercados regionais e nacionais, visando fundamentalmente a inserção da economia regional no sistema-mundo. Para isso, estes grandes projetos se implantavam em áreas onde cresciam determinadas atividades econômicas extrativas e de viés exportador relacionadas com o agronegócio ou a indústria metalúrgica.

Como tivemos oportunidade de mostrar nesse trabalho, os movimentos sociais de oposição aos grandes empreendimentos articulavam-se localmente e ganhavam uma projeção regional e internacional na medida em que tratavam de impedir o desenvolvimento das obras e geravam uma outra compreensão dos processos de desenvolvimento, crescimento econômico e integração que estavam em jogo. Observamos, como diz o geógrafo brasileiro Milton Santos, que *“a arena da oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza – é o território em suas diversas dimensões e escalas”* (Santos, M.; 2004). Efetivamente, nos interessava compreender como este processo de construção de grandes obras de infraestrutura se relacionava com a configuração e apropriação dos territórios e de que modo se inseria no contexto maior das políticas de crescimento acelerado adotadas pelo Estado brasileiro a partir de 2006 e com os processos de integração regional na América do Sul neste início de século XXI. Para isso decidimos focar nossa pesquisa em torno aos casos emblemáticos da construção dos complexos hidroelétricos de Belo Monte, no Rio Xingu/Estado do Pará e Santo Antônio, no Rio Madeira/Estado de Rondônia.

Concluimos neste trabalho que estes grandes empreendimentos hidroelétricos pretendiam responder, fundamentalmente, às necessidades energéticas e de mercado de determinados setores econômicos como a indústria siderúrgica e eletrointensiva, o agronegócio e a exploração mineral. Particularmente, os setores da produção de

biocombustíveis, exploração madeireira e mineral poderiam também beneficiar-se da navegabilidade do Rio Madeira oportunizada a partir do complexo hidroelétrico, e que favorecia o escoamento da produção aos mercados asiático, europeu e norte-americano por causa da conexão interoceânica. Estes impactos econômicos deviam ser analisados no contexto de uma disputa pelo território. Por último, constatávamos que a determinação do Estado brasileiro na construção destes grandes projetos, em parceria com o grande capital nacional e as instituições financeiras multilaterais afixava o papel de liderança do Brasil no contexto de América do Sul.

O que pretendemos agora com este artigo é trazer este mesmo olhar sobre as questões de territorialidade na Amazônia no contexto dos processos de integração regional e dos grandes projetos de infraestrutura para a realidade específica do Estado de Roraima, situado no extremo norte do Brasil, e que faz parte do espaço denominado Escudo das Guianas. O nosso objetivo é explicar a compreensão que se projeta sobre o território roraimense a partir dos projetos que foram pensados para ele no contexto da Iniciativa IIRSA e como estes se relacionam com as políticas de crescimento e desenvolvimento econômico que são definidas para esta região a partir das políticas públicas regionais e nacionais do Estado brasileiro.

Uma aproximação à iniciativa IIRSA

Antes de nada, precisamos compreender melhor o contexto de integração regional, a partir de um olhar geopolítico, em que pretendemos elaborar nossa análise sobre a situação do Estado de Roraima, e para isso é necessário aproximar-nos ao que significou a Iniciativa IIRSA durante a primeira década do século XXI. Trata-se de uma Iniciativa dos Estados sul-americanos para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA e nasceu como um foro de articulação das políticas de infraestrutura física na América do Sul no contexto do processo de integração regional.

A Iniciativa surge a partir de um encontro de Chefes dos doze Estados de América do Sul que aconteceu em Brasília em junho de 2000, a convite do então Presidente da República Federal do Brasil Fernando Henrique Cardoso e no contexto dos atos comemorativos dos 500 anos da chegada dos europeus ao litoral brasileiro. Na ocasião, os Chefes de Estado discutiram questões relacionadas com a segurança, a garantia da paz intra-região, o apoio aos processos de consolidação democrática e a convicção de que uma maior integração sul-americana beneficiava e fortalecia a unidade em toda América Latina e Caribe. O pano de fundo eram as exigências e novos desafios da Globalização e da inserção na economia mundial. No Documento

Final do encontro, dedica-se um capítulo especial às questões relacionadas com a infraestrutura física, determinando que “... *la formación del espacio económico ampliado suramericano que anhelan las sociedades de la región, dependerá de la complementación y expansión de proyectos existentes y de la identificación de otros nuevos proyectos de infraestructura de integración, orientados por el principio de sostenibilidad social y ambiental, con capacidad de atracción de capitales extra - regionales y de generación de efectos multiplicadores intrarregionales*”.

Os âmbitos do transporte, as comunicações e a integração energética apareciam no documento como preocupações e desafios a serem enfrentados pelos Estados sul-americanos atendendo à superação das barreiras físicas e normativas. Procurava-se, a partir desse momento, um caminho de integração regional através do desenvolvimento de políticas de infraestrutura física face uma maior e mais competitiva integração da economia regional no sistema econômico mundial. Estas propostas já tinham sido sistematizadas previamente no documento *Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional na América do Sul* elaborado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD com o apoio da Corporação Andina de Fomento – CAF. Os Chefes de Estado aprovaram esse Plano de Ação e determinaram instruções para que os Ministros de Planejamento e Infraestrutura dos doze Estados trabalhassem para a concretização e efetivação do Plano durante a primeira década do século que estava iniciando.

Este é o embrião da Iniciativa IIRSA, que foi sendo estruturada e confirmada e que funcionou, até 2010, como um Foro de Articulação das políticas de infraestrutura física. Um Foro sem pretensões iniciais de institucionalização, mais além de configurar-se como um espaço de acordos e consensos, de planejamento conjunto para a implantação de grandes obras e projetos na América do Sul. A maior parte dos projetos referem-se a investimentos em estradas, portos, aeroportos, hidrovias, ferrovias e hidroelétricas, setor este último que requereu um maior investimento econômico.

O que nos interessa destacar desta Iniciativa, a efeitos de nossa abordagem, é o significado e ação da IIRSA no processo de reconfiguração territorial de América do Sul e como o território emerge, de novo, como o cenário de disputa ou a *arena de conflitos*. A Iniciativa IIRSA parte para uma sofisticada metodologia de planejamento territorial que busca a identificação de espaços ou *regiões* de relevante interesse econômico em função de sua capacidade de acumulação de capital, de sua capacidade de estabelecer cadeias produtivas competitivas e pela propriedade que essa *região* teria para, implantando projetos de infraestrutura física, conseguir articular determinadas atividades produtivas de viés exportador com economias de maior escala. Ou seja,

interessa à IIRSA definir regiões de interesse geoeconômico estratégico com o objetivo de favorecer o fluxo da produção regional (principalmente *commodities*) para uma inserção mais competitiva no sistema econômico mundial. Estas *regiões* são chamadas na IIRSA de Eixos de Integração e Desenvolvimento – EID e o resultado dessa estratégia de planejamento territorial da América do Sul resultou na definição de 10 EIDs, como se aprecia na figura 1.

Figura 1. Eixos de Integração e Desenvolvimento da Iniciativa IIRSA



Fonte: IIRSA, 2010

Uma análise inicial dos Eixos de Integração nos permite afirmar que estes pretendem, como um dos principais objetivos, facilitar a interconexão oceânica. Permitir que o fluxo de produtos pudesse circular internamente, com maior facilidade, de um lado a outro da América do Sul, possibilitando assim seu escoamento para os mercados europeus, norte-americano e asiático. Os Eixos do Amazonas¹, Interoceânico Central, Capricórnio, Mercosul-Chile ou Sul são definidos no mapa com este objetivo explícito. Outros Eixos, como o de Peru-Brasil-Bolívia visam também esta interconexão porque favorecem a ligação do litoral pacífico peruano com a bacia do Rio Amazonas a través da navegabilidade do Rio Madeira, conseguida através das Hidroelétricas de Jirau e Santo Antônio. Já os dois Eixos Andinos estruturam o espaço sul-americano face o mercado asiático.

1 O EID do Amazonas está atualmente em processo de reestruturação, com a proposta de que abranja todo o território desde a bacia amazônica até o litoral nordestino do Brasil.

Trata-se, portanto, de um exercício de produtividade espacial (Santos, M.;1986), de apropriação e representação dos territórios (Harvey, D.;2008) em função de sua capacidade produtiva e visando a inserção da América do Sul no sistema econômico mundial como produtora e exportadora das novas *commodities*, relacionadas com os biocombustíveis, energia, produtos minerais e florestais principalmente. O resultado são territórios, transnacionais ou sub-nacionais, articulados globalmente (Haesbaert, R; 2004), respondendo a interesses e processos econômicos definidos em nível global.

“O território, nesse sentido, passa a ser estruturado a partir de uma nova organização, articulado globalmente. Depara-se, dessa maneira, com a formação de novas territorialidades, diante às *novas dinâmicas da sociedade, de competições entre regiões e a tendência de desregulação do território como identidade.*” (Haesbaert, R.; 2004)

Como Milton Santos e Rogério Haesbaert mostram, os territórios são pensados a partir de interesses que nada ou pouco tem a ver com a vida das populações que nele habitam, mas que definem e determinam os processos econômicos locais e re-significam o território (Svampa, M.; 2012). A incorporação de novos empreendimentos econômicos ou grandes obras de infraestrutura em qualquer território transformam suas relações e dinâmicas econômicas e espaciais. Conferem-lhe, além de uma interação social diferente e novos modos de apropriação, representação e uso do espaço, uma nova significação no contexto da economia mundo. Em termos de Piazzini, produz-se uma *espacialização* das relações de poder, uma projeção das relações de exploração e exclusão e de padrões econômicos de exportação sobre o espaço determinado. É justamente nestes processos que surgem as resistências e mobilizações sociais, a oposição aos impactos sociais, políticos, econômicos e ambientais que os grandes projetos de infraestrutura ocasionam sobre as populações locais. Expressões dessa disputa pelo território, pelas divergentes concepções de espaço. Podemos afirmar que se reforça uma disputa entre o espaço como lugar habitado e o espaço como lugar de trânsito; lugar de vida ou lugar do Mercado, do fluxo; “... *um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los (...)*” (Santos, M.; 2005).

A Iniciativa IIRSA elabora, ainda, para cada Eixo de Integração e Desenvolvimento, um documento denominado “Visão Estratégica” ou visão de negócios. Neste documento, desenha-se uma descrição do Eixo a partir das atividades produtivas mais relevantes que se dão naquela *região* e do potencial sinérgico que determinados projetos de infraestrutura poderiam despertar para articular e fortalecer essas ati-

vidades produtivas, ou inovar outras, de modo que se consiga efetivamente uma cadeia produtiva competitiva e com possibilidades de atender as demandas do Mercado mundial. Esta Visão Estratégica é fundamental, porque atua como mediação na configuração territorial: aponta quais deveriam ser os empreendimentos produtivos de interesse geoeconômico a serem incentivados nessa determinada *região* e que justificariam o investimento em grandes projetos de infraestrutura, de transportes ou de geração de energia. Esta definição dos setores estratégicos se constrói prestando pouca atenção aos processos e dinâmicas socioculturais existentes na região, aos modos de uso e ocupação da terra, à necessária proteção dos recursos naturais e da biodiversidade. Estes elementos apresentam-se, em todo caso, como “limites” que devem ser considerados e, se possível, superados. Acontece assim uma sorte de determinismo geoeconômico que limitaria as diversas formas possíveis de desenvolvimento local, a partir da própria sócio-bio-diversidade, em função da primazia dada aos empreendimentos econômicos considerados estratégicos do ponto de vista do mercado global. Assim, o agronegócio, os agrocombustíveis, a exportação de energia, o extrativismo florestal (madeira ou óleos), mineral ou pesqueiro impõem-se como o caminho a seguir porque oferecem maior garantia para a inserção no mercado global. O espaço é reconfigurado, re-significado, em virtude de sua funcionalidade para o jogo do mercado (Porto-Gonçalves, C. W.; 2001). O problema é que este tipo de empreendimentos exige e parte da premissa do controle sobre a terra (como fator de produção) e de controle sobre o espaço e o território, premissas que foram fundamentais no projeto colonizador e no projeto da modernidade e que agora se tornam, de novo, relevantes no projeto de acumulação flexível da Globalização. E assim retornamos ao conflito pelo território porque, por mais que os documentos oficiais da IIRSA descartem a intenção de criar simples corredores estratégicos de *commodities*, o fato é que a concepção territorial e a Visão Estratégica sobre cada Eixo instalam-se definitivamente dentro desta lógica de criar corredores por cima das populações locais.

A IIRSA e o Regionalismo aberto

Até agora tentamos mostrar como a Iniciativa IIRSA, foro de articulação das políticas de infraestrutura física dos doze Estados de América do Sul entre 2000 e 2010, incidiu na reconfiguração territorial do subcontinente. A importância e relevância desta Iniciativa reside na capacidade que teve de reunir os interesses dos doze governos sul-americanos e de marcar, singularmente, o processo de integração regional. Esta é uma questão que deve ser abordada para poder compreender, não

apenas o significado e o funcionamento da Iniciativa IIRSA, mas principalmente para situá-la no contexto do que é pensado como integração regional hoje na América do Sul. Se bem não é o foco deste artigo, precisamos contextualizar a Iniciativa IIRSA dentro dos princípios do chamado *Regionalismo Aberto*.

O processo da Globalização despertou novos desafios e condições para os processos de integração regional no mundo. A centralidade absoluta do Estado-Nação perdeu força nos últimos 30 anos e os modelos de integração se reelaboram visando, principalmente, a inserção competitiva no mercado mundial. A diferença do pretendido pelo discurso da CEPAL dos anos 50 e 60, no sentido de procurar uma integração regional solidária, política e econômica, que superasse o cenário de dependência da América Latina no contexto da divisão internacional do trabalho, os novos modelos de integração que nascem do contexto da Reforma Liberal dos anos 70 e 80 apontam para uma integração mais aberta e competitiva, indiscriminada e descoordenada, para o exterior. O Regionalismo Aberto, conceito defendido agora pela própria CEPAL, representa esse modelo de integração ao mercado mundial, como uma representação das novas exigências da Globalização. E é justamente neste contexto do processo de integração regional aberto e de teor geoeconômico que se recupera o interesse e protagonismo pelas chamadas *regiões*, entendidas como espaços sub-nacionais ou trans-nacionais, caracterizados por sua capacidade de resposta às exigências do mercado global. As regiões, nas palavras de Vieira, supõem uma nova partição territorial que facilite o desafio da integração física, política e econômica na América Latina. Eis aqui o contexto evidente onde podemos compreender a concepção dos Eixos de Integração e Desenvolvimento da Iniciativa IIRSA.

A IIRSA e o COSIPLAN

Em 2010 a Iniciativa IIRSA deixou de ser um Foro de Articulação de políticas públicas, com baixo nível de institucionalização, para ser absorvida pela estrutura orgânica da UNASUL. Efetivamente, ao longo da década 2000-2010, os Estados sul-americanos, que estavam vivenciando estruturas de integração regional localizadas (MERCOSUL e CAN, primordialmente), apostaram por criar um espaço comum de forte teor político sem renunciar àquelas estruturas que já estavam funcionando. Tratava-se de fortalecer a unidade política da América do Sul no contexto das novas dinâmicas da comunidade internacional e das cumplicidades que se geraram entre os diferentes governos que chegaram ao poder na América do Sul nos últimos anos.

Então, em 2010, a UNASUL decide acolher dentro de sua estrutura a Iniciativa IIRSA, que passa a constituir a plataforma operacional das políticas de infraestrut-

tura e planejamento acordadas no seio do COSIPLAN (Conselho dos Ministros de Estado de Infraestrutura e Planejamento). A Iniciativa IIRSA, concebida desde uma lógica claramente geoeconômica, entra a fazer parte da estrutura política de integração mais recente da América do Sul. Se isso lhe confere novos referenciais que terminem incidindo na forma de planejamento territorial e de concepção e produção dos espaços é algo que poderá ser avaliado na próxima década 2010-2020. Contudo, não se apreciam, em princípio, mudanças significativas nesse sentido, e o que poderia acontecer seria justamente o contrário: uma incorporação da perspectiva geoeconômica na discussão mais política do COSIPLAN.

O Papel do Brasil no processo de Integração Física da IIRSA

Relacionando a análise da Iniciativa IIRSA com o Estado brasileiro, devem ser feitas algumas considerações. A primeira delas é que a Iniciativa IIRSA, no Brasil, caminhou de mãos dadas com as escolhas políticas e econômicas do governo brasileiro a partir do ano 2006, em que assume como meta um crescimento acelerado da economia que será sistematizado no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. O PAC é um complexo conjunto de medidas econômicas que visam, fundamentalmente, três objetivos:

- Incentivo ao investimento do capital privado, principalmente nas áreas de infraestrutura física e energia. Este incentivo se dará com isenção de taxas e aumento do financiamento público com interesses em longo prazo para esse tipo de empreendimentos.
- Aumento do investimento público nestas áreas de economia, com participação direta dos fundos públicos, do BNDES e das agências estatais.
- Reforma dos dispositivos legais (administrativos, normativos, jurídicos ou legislativos) que fossem considerados empecilhos ou obstáculos ao crescimento econômico e o investimento privado.

A partir de 2007, o Estado brasileiro tornou-se um Estado com forte viés investidor e financiador, procurando a aliança com o capital produtivo nacional. O BNDES se erigiu como a principal agência financiadora dos investimentos privados ou públicos, batendo recordes no financiamento direto de obras como a Hidroelétrica de Belo Monte ou de Santo Antônio. Por outro lado, o Estado brasileiro assumiu uma liderança regional política e econômica de clara relevância, e que se traduziu, por exemplo, no financiamento público de grandes obras de infraestrutura (hidroelétricas e estradas) nos países vizinhos, como Peru ou Bolívia.

Portanto, parece evidente que a Iniciativa IIRSA e o PAC confluíram durante a segunda metade da década 2000-2010, não apenas em interesses mas também em operações e planejamentos conjuntos. Assim, algumas das obras previstas na IIRSA, como as Hidroelétricas de Santo Antônio e Jirau, foram contempladas e financiadas pelo Estado brasileiro a través do PAC. Outras obras que não estavam previstas na Iniciativa IIRSA, mas que viriam fortalecer os processos de conexão física e energética e de inserção na economia mundial, foram assumidos pelo PAC, como o caso da Hidroelétrica de Belo Monte.

Para a região amazônica, sem dúvida, IIRSA e PAC significaram uma mesma lógica de produção territorial e de projeção econômica da região. Ambas as iniciativas olham para a região amazônica a partir de determinados elementos:

*Barreira natural a ser superada através de grandes obras de infraestrutura.

*Território de baixa densidade populacional, porém com certa complexidade cultural que poderia tornar-se oportunidade de mercado: ecoturismo, biotecnologia e patentes, ...

*Espaço extraordinariamente rico, natural ou potencialmente, em recursos naturais e na produção e exportação de *commodities*: agrocombustíveis, minérios, petróleo, hidroenergia e produtos florestais e pesqueiros.

Neste sentido, constatamos que se reproduz sobre a Amazônia a mesma dinâmica de produção, reconfiguração e apropriação do território que já havia sido desenvolvida ao longo da história da região. Ou seja, um olhar *sobre e da* Amazônia, e nunca *a partir* da Amazônia (Porto-Gonçalves, C. W.; 2001); uma análise exógena sobre a Amazônia e que visa responder a interesses também externos às populações amazônicas. Há evidências de uma continuidade nesta significação da Amazônia como território a serviço das demandas do mercado mundial, a partir de empreendimentos com forte impacto social, cultural e ambiental, com alta concentração do controle sobre o território (privado ou público, com a consequente limitação de direitos coletivos) e sem garantir um desenvolvimento justo, participado e sustentável que beneficie às populações locais.

O Escudo das Guianas no contexto da iniciativa IIRSA

A Iniciativa IIRSA recupera o conceito territorial do Escudo das Guianas para torná-lo Eixo de Integração e Desenvolvimento no qual projetar determinada Visão Estratégica de Negócios e determinada Carteira de Projetos de Infraestrutura.

Na concepção espacial da IIRSA, o Escudo Guianês abrange a região nordeste da Venezuela, parte dos Estados brasileiros de Roraima, Amazonas e Amapá, além

dos territórios da Guiana Inglesa e o Suriname. Na documentação específica sobre o Eixo, a IIRSA descreve economicamente esta *região* como um território com comércio interno pouco significativo, porém alto potencial exportador concentrado nos produtos do petróleo, minérios e soja. Ainda detalha que as principais atividades econômicas de interesse, atuais ou potenciais, estariam nos setores de:

- Exploração mineral, principalmente focando o potencial do subsolo no Maciço das Guianas.
- Extração florestal, visando particularmente o setor da madeira e outros produtos florestais.
- Exploração pesqueira, com bacias hidrográficas caracterizadas por uma extraordinária diversidade de peixes e com potencial para o desenvolvimento da atividade de piscicultura em cativeiro.
- O agronegócio, a partir da matriz convencional das grandes lavouras de cereais ou, principalmente, em atenção à potencialidade de plantio de oleaginosas e outras para produção de biocombustível (soja, dendê, mamona, cana de açúcar, milho, ...).
- Aço e alumínio.
- Geração de energia por hidroelétricas.
- Turismo de selva ou turismo ecológico.

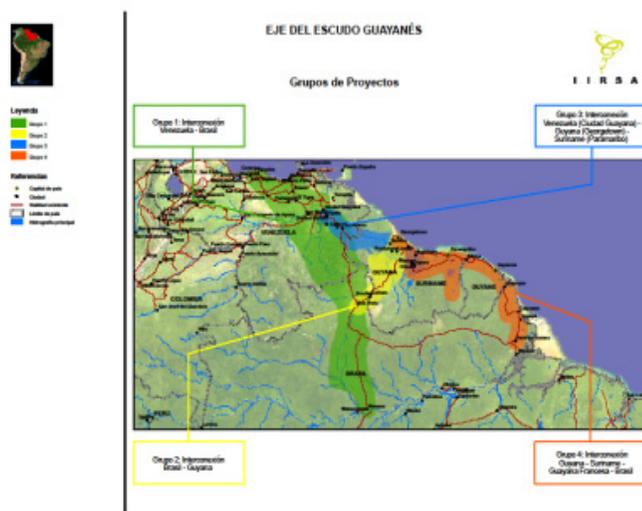


Figura 2. Grupos de Projetos do EID Escudo Guianês. Fonte: IIRSA

A partir desta Visão Estratégica sobre o Escudo das Guianas, a Iniciativa IIRSA identifica uma série de projetos de infraestrutura que poderiam facilitar a comunicação intra-regional e da região com o restante espaço amazônico e sul-americano, bem como a comunicação com o litoral atlântico visando o mercado europeu e norte-americano. Os projetos de infraestrutura propostos na Iniciativa IIRSA para o Escudo Guianês organizam-se em 04 Grupos de Projetos, como aparece na figura 2.

a) Conexão Venezuela - Brasil. Neste grupo aparecem projetos de infraestrutura que visam uma maior conexão entre ambos os países. O projeto principal deste grupo, chamado de projeto âncora, seria a reforma da Estrada Caracas-Manaus. O que justificaria este projeto, conforme a documentação da IIRSA, seria o incentivo por parte dos dois países a setores como a indústria pesada, joias, turismo e agronegócio. Particularmente, observa-se que a pretendida instalação de uma Usina de Etanol no Estado de Roraima seria relevante para justificar um investimento como o projetado. É interessante observar que, nos inícios do processo IIRSA, foi contemplada neste Grupo de Projetos a possibilidade de navegabilidade do Rio Branco, que vertebrava todo o Estado de Roraima, através de uma Hidrelétrica nas corredeiras do Bem Querer, no município de Caracará. Este projeto foi desestimado posteriormente pela mesma delegação brasileira, argumentando que o projeto de hidroelétrica que teria sido concebido na região do Bem Querer não incluía a construção de eclusas que facilitassem a navegabilidade do rio. Porém, alguns anos depois, o Governo Federal brasileiro retomou o projeto hidroelétrico do Bem Querer no contexto do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. Teremos oportunidade de retomar este assunto depois. Contudo, a preocupação que a Iniciativa IIRSA despertava era a garantia energética do Estado de Roraima e da cidade de Manaus, ambos fundamentais no projeto de inserção competitiva do Escudo das Guianas no mercado mundial, e cujo abastecimento energético precisava ser ampliado. Para isso, havia várias propostas: desde a ampliação do contrato com o linhão de Guri (Venezuela) até a produção de hidroenergia ou, recentemente, a conexão de Manaus e Roraima ao Sistema Nacional Integrado brasileiro.

b) Conexão Brasil – Guiana Inglesa. Neste grupo procuravam-se projetos de infraestrutura que conectassem a região norte do Brasil com o Atlântico a través da Guiana e da capital, Georgetown. Para isso, planejou-se a estrada Boa Vista – Bonfim (já reformada), a Ponte fronteiriça sobre o rio Tacutu, entre as cidades de Bonfim e Lethen (já executado) e a estrada entre Lethen e Georgetown, que vertebraria por estrada todo o território guianense, no sentido sudoeste – norte. O objetivo evidente era facilitar o escoamento da produção brasileira para os portos do Atlântico.

A última estrada. Lethen-Georgetown, ainda não foi construída, apesar do interesse mostrado explicitamente pelo Estado brasileiro. Dentro de este grupo de projetos incluía-se também a instalação de uma Hidroelétrica região noroeste da Guiana, em território habitado pelos povos Ingarikó e Macuxi, e cuja finalidade seria o abastecimento, se necessário, das cidades de Boa Vista e Manaus.

c) Conexão Venezuela – Guiana – Suriname, a través de projetos de pontes e estradas com o objetivo de desenvolver vínculos de integração no extremo norte sul-americano conectando os três países.

d) Conexão Guiana – Suriname – Brasil. No mesmo sentido, previa-se a conexão entre a Guiana Inglesa, Francesa, Suriname e os Estados brasileiros de Pará e Amapá.

Deve ser dito que o Escudo Guianês, dentro do complexo da Iniciativa IIRSA, ocupa um lugar subalterno ou secundário. Pelo menos, isso pode ser inferido se atentemos ao escasso nível de execução dos projetos planejados e ao fato de que nenhum dos projetos do EID Escudo Guianês tenha sido destacado na nova Agenda Prioritária de Projetos para a década 2010-2020. Outros fatores podem ser incorporados nesta análise para explicar esta posição do Escudo Guianês no contexto IIRSA, como possam ser o precário compromisso dos Estados envolvidos, a instabilidade política, a falta de participação privada nos projetos do Eixo e a existência de conflitos diplomáticos territoriais entre Venezuela e a Guiana Inglesa que podem estar esfriando o ritmo de execução dos projetos. No entanto, alguns dos projetos são recolhidos e promovidos pelo Estado brasileiro dentro das políticas do PAC.

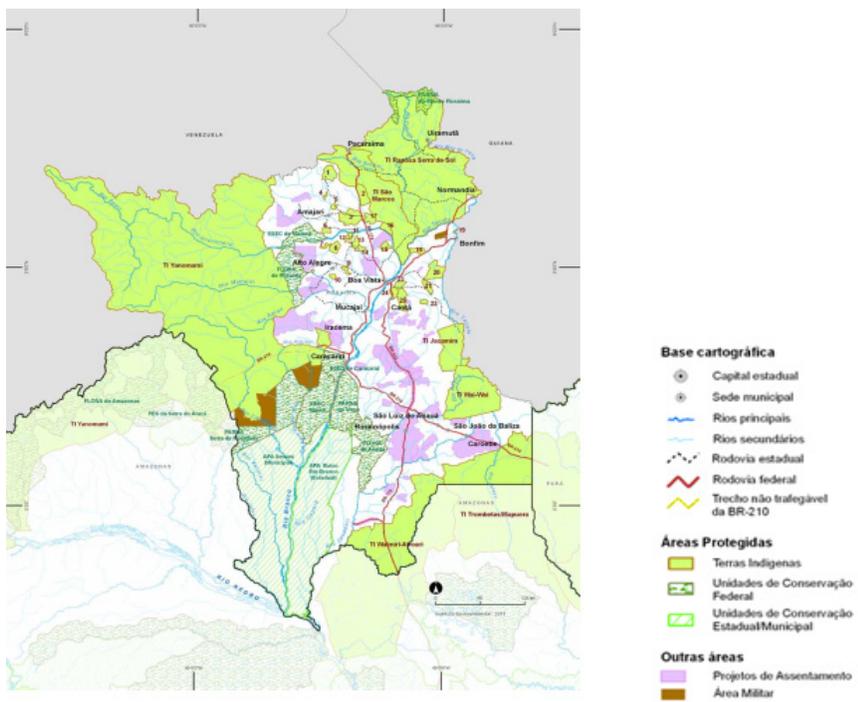
Mais além da constatação ou não do nível de execução dos projetos do EID Guianês, o que interessa para nossa argumentação diz respeito, novamente, ao processo de re-configuração territorial e determinismo econômico que a concepção da Iniciativa IIRSA impõe sobre o território. A matriz econômica que a Iniciativa IIRSA estabelece para a *região* do Escudo Guianês, e que justificaria, conforme seus critérios, altos investimentos para projetos de infraestrutura, reproduz um modelo claramente extrativista e exportador que fortalece as propostas de “desenvolvimento” econômico defendidas há décadas por representantes dos poderes político e econômico do Estado de Roraima. Ou seja, compreender que o crescimento econômico deste Estado passaria, irreversivelmente, pelo investimento no agronegócio, na exploração mineral e florestal e na geração de energia a partir de hidroelétricas. Este modelo, como viemos argumentando até aqui, reprimariza a economia regional e gera uma pressão extraordinária sobre os recursos naturais, aumentando consequentemente a pressão e os conflitos pelo controle do território. A luta pelo

reconhecimento e efetivação dos direitos territoriais dos povos indígenas em Roraima, bem como a consolidação de Projetos de Assentamento para Reforma Agrária ou a criação de Unidades de Conservação foram fruto de um árduo processo de mobilização social. Particularmente na questão dos territórios indígenas, sua efetiva homologação contou com a oposição ferrenha e sistemática da classe política local e de boa parte do capital privado. Justamente pelas expectativas de um modelo de crescimento econômico extrativista e exportador que exigia a premissa do controle do território em mãos de poucas pessoas. E é esse modelo econômico que agora a Iniciativa IIRSA reafirma.

A implantação de uma matriz econômica extrativista e exportadora de matérias primas, como definida na iniciativa IIRSA e defendida pelos poderes políticos locais, impacta necessariamente no atual modelo de ocupação do território em Roraima. Como pode ser apreciado na figura 3, e conforme os dados do Conselho Indígena de Roraima e do Instituto Sócio Ambiental, as 32 terras indígenas homologadas ocupam o 46% do território do Estado, que possui proporcionalmente a maior população indígena do país. Estes territórios apresentam uma diversidade decorrente dos próprios processos administrativos demarcatórios. Assim, de um lado observamos a homologação de territórios contínuos, que viabilizam ou possibilitam com maiores garantias a reprodução física e cultural dos povos que ali moram, como são os casos das terras indígenas Yanomami, São Marcos, Raposa Serra do Sol ou Wai-Wai. Em contrapartida, a maior parte das terras indígenas do Estado foram demarcadas seguindo um padrão de *ilbamento* ou confinamento em pequenos territórios rodeados de fazendas e outros empreendimentos econômicos. Este padrão demarcatório, estabelecido pela política da FUNAI durante a década de 80, compromete objetivamente a reprodução física e cultural destes povos, estendendo até hoje as demandas e reivindicações territoriais.

Junto aos territórios indígenas, destaca na configuração territorial em Roraima a implantação de Unidades de Conservação, que supõem um 7% do território do Estado. Algumas destas unidades foram criadas em sobreposição sobre territórios indígenas, gerando dilemas enquanto ao usufruto dos recursos.

Haveria que acrescentar, por último, os quase 70 Projetos de Assentamento para Reforma Agrária, sob gestão do INCRA, que se distribuem em sentido Noroeste a Sudeste e que estão presente na maior parte dos municípios do Estado e que foram criados a parti da década de 70 para acolher a população migrante que tinha chegado a Roraima aliciada pela classe política local com a promessa de terras e rendas de fácil acesso em troca do compromisso com a manutenção do privilégio político de determinadas famílias oligarcas.



Fonte: Instituto Sócio Ambiental, a partir de dados coletados em outros órgãos.

Esta configuração sócio-territorial deveria marcar as escolhas das políticas de desenvolvimento econômico da região. As oportunidades econômicas deste modelo de ocupação e uso do território existem. Mas, paradoxalmente, os poderes locais sempre geraram um discurso em que pautavam a presença de povos indígenas e a criação de Unidades de Conservação como obstáculos e empecilhos para o desenvolvimento econômico do Estado. A documentação da Iniciativa IIRSA não chega a caracterizá-los como empecilhos, mas sim como *limites*. Evidencia-se, portanto, uma dinâmica de produção do espaço e de projeção socioeconômica pensada a partir de interesses que pouco ou nada tem a ver com as populações locais.

O que nos interessa mostrar, a partir desta análise do Escudo Guianês no contexto da Iniciativa IIRSA, é a persistência de três processos histórico-espaciais. Por um lado, a Iniciativa IIRSA, com sua proposta de reconfiguração territorial e projeção socioeconômica do Escudo Guianês reproduz e fortalece a lógica de desenvolvimento econômico da região como um espaço produtor e exportador de *commodities*.

de interesse estratégico e como um corredor de produtos para o mercado europeu e norte-americano. Por outro lado, e decorrente da primeira constatação, estes processos de re-configuração e apropriação territorial promovem, favorecem e atraem iniciativas legislativas e empreendimentos econômicos para a região que respondem a esta projeção e a estas demandas. Por último, estas iniciativas legislativas e empreendimentos econômicos retroalimentam o cenário de disputa pelo controle do território e de limitação dos direitos territoriais já consignados e reconhecidos. A análise de alguns dados podem nos ajudar a estabelecer estas relações.

O principal produto de exportação no Estado de Roraima, conforme os dados da Secretaria Estadual de Planejamento do Governo do Estado de Roraima para o 1º semestre de 2012, é a *madeira*, produto de exploração florestal. A exportação de madeira segue para o mercado venezuelano e europeu. Apesar de que o Estado de Roraima não aparece entre os Estados amazônicos com maiores índices de desmatamento, o certo é que a atividade madeireira em Roraima se intensifica em determinados municípios, como Rorainópolis, no sul do Estado ou Amajari na região noroeste. Conforme dados do IBAMA/RR, existem em Rorainópolis cerca de 70 empresas madeireiras constituídas, mesmo que atuam menos da metade desse número. No primeiro semestre de 2012, a Polícia Federal lançou uma operação Especial de combate à extração ilegal de madeiras envolvendo diversas empresas e alguns funcionários dos órgãos fiscalizadores. Segundo informações dos próprios moradores de Rorainópolis, ultimamente se percebe a chegada de empresas madeireiras procedentes de outros Estados brasileiros, como Pará, com o fim de extrair madeira deste município. Portanto, a exploração florestal ocupa um lugar importante na matriz econômica do Estado de Roraima, com impactos socioambientais e ocorrência de atividades ilegais, e esta atividade é também alvo de interesse na perspectiva trazida pela Iniciativa IIRSA. Provavelmente, a atividade tenda a crescer ou a diversificar seus itinerários de exportação e o quadro empresarial do setor.

O segundo produto de exportação em 2012, sempre conforme os dados da SEPLAN, é a **soja**, produto que segue para um único país comprador, na Europa. Este dado nos permite e exige analisar com mais detalhe o setor do agronegócio na região. Durante a década de 90, a discussão girou em torno à implantação ilegal de grandes lavouras de arroz irrigado dentro de territórios indígenas e sobre o potencial da cultura da soja para Roraima. Tratava-se de um padrão convencional do agronegócio, crescente em todo o Brasil, e com fortes alianças políticas e econômicas dentro e fora do Estado. Argumentava-se na época que a produção de arroz ocupava um papel relevante, significativo e insubstituível na matriz econômica de Roraima,

sendo responsável pela maior parte da produção em um Estado excessivamente dependente dos recursos federais. Este modelo de agronegócio protagonizou uma resistência árdua e violenta durante a década de 90 e inícios da década 200-2010 por conta do reconhecimento e efetivação dos direitos territoriais dos povos indígenas. A Homologação de Raposa Serra do Sol virou um caso emblemático no cenário da política de reconhecimento de direitos do Brasil porque teve que enfrentar o *lobby* e a pressão de poderosos setores da classe política, econômica e midiática de Roraima que pretendiam que a produção de arroz continuasse dentro das terras indígenas, com impactos ambientais extraordinários e ainda não ressarcidos.

A saída das lavouras de arroz irrigado da Terra Indígena Raposa Serra do Sol não configurou uma crise econômica no Estado nem a falta de abastecimento do produto no mercado local, como foi anunciado. Os empresários diversificaram seus empreendimentos, deslocando-os a outras regiões do Estado ou, inclusive, em outros Estados como o Pará.

A questão que nos interessa agora ressaltar é que a matriz do agronegócio em Roraima amplia seus objetivos e diversifica o direcionamento de seus empreendimentos em função da nova discussão sobre os biocombustíveis. A região é visada como um território propício para a extensão do cultivo de oleaginosas como a soja ou o dendê, e de outras culturas como o milho ou a cana de açúcar. De fato, nos últimos anos, a área dedicada ao plantio destas culturas cresceu em Roraima, particularmente nas margens da estrada que une Boa Vista com Bonfim e que facilita, evidentemente, o escoamento para a Guiana. Mas em outros municípios também observamos a presença desta nova matriz do agronegócio. Consta-se, por exemplo, a partir de 2011, o incentivo do Estado brasileiro, a través do próprio órgão do INCRA, para a incorporação do plantio do dendê nos Projetos de Assentamento nos municípios do sul do Estado, como Rorainópolis, São Luiz de Anauá e São João da Baliza. É interessante que este tipo de empreendimentos, em lugar de pressionar para a saída dos agricultores familiares de seus lotes, propõe um acordo para que sejam os agricultores plantem diretamente o dendê, que será adquirido pela Empresa Palmaplan, do setor dos biocombustíveis, que já decidiu e inaugurou uma planta de beneficiamento do dendê e produção do biocombustível na cidade de Nova Colina, no município de Rorainópolis. Por outro lado, a previsão da implantação de uma Usina de Etanol na região norte do Estado viria fortalecer este setor, com facilidades para o escoamento do produto via estrada por Venezuela.

De outro lado, e focando agora os empreendimentos na área da *exploração mineral*, é sabido que o território roraimense, bem como todo o Maciço das Guianas é rico em minérios, os quais se encontram majoritariamente dentro dos territórios indígenas. Nos dois últimos anos, assistimos a uma retomada do Projeto de Lei de Mineração em Terras Indígenas proposto no Senado brasileiro em 1996 e recuperado agora pela Câmara dos Deputados. O substitutivo a este Projeto de Lei 1610/96, cujo relator é um Deputado roraimense, trata justamente de normatizar a exploração mineral em territórios indígenas, uma questão que a Constituição Federal de 1988 havia deixado em aberto na perspectiva de criar uma Lei Complementar que regulamentasse este tipo de exploração. Espera-se que, ao longo do ano 2013, a Câmara Federal aprove o texto do Projeto de Lei que, conforme o texto que está em discussão agora, limita extraordinariamente a capacidade dos povos indígenas de, sendo previamente consultados, negarem-se a aceitar o empreendimento e coloca a decisão última no Congresso Federal, retomando assim os velhos princípios da política de tutela do Estado brasileiro sobre os povos indígenas. Reduz o diálogo com os povos indígenas à exposição dos supostos benefícios financeiros que as comunidades obterão através dos chamados *royalties*, submetendo a estas benesses os possíveis impactos negativos da atividade. É óbvio que projetos de grande mineração em terras indígenas poderão ocasionar gravíssimos e irreversíveis impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais para as comunidades indígenas, e as terras indígenas mais cobiçadas pelo setor são a TI Raposa Serra do Sol e a TI Yanomami. Em diversas ocasiões, o movimento indígena local e regional tem se manifestado claramente contrário à implantação deste empreendimento.

Por último, no contexto do PAC 2 do Governo Federal, retoma-se o projeto de construção de uma *Hidroelétrica* nas corredeiras do Bem Querer, no Rio Branco, com capacidade de produção de até 700 MW. Mais uma vez, os impactos, neste caso sobre as colônias de pescadores e as populações ribeirinhas do Médio e Baixo Rio Branco são importantes, bem como os impactos ambientais e sobre o próprio comportamento do Rio Branco, coluna vertebral. Previsivelmente a energia gerada por um projeto como o de Bem Querer pode estar sendo pensada para a exportação ou para alimentar futuros empreendimentos de exploração mineral. Inferimos isto do fato que a capacidade de produção de energia deste projeto, somada à capacidade de geração de outros três projetos hidroelétricos contemplados no PAC para o Estado de Roraima², multiplica por 6 o consumo atual da população roraimense. Um previsível aumento deste consumo nos próximos anos, decorrentes do cresci-

2 Paredão I, II e III, no Alto Rio Mucajaí.

mento populacional e outras dinâmicas socioeconômicas, dificilmente explicariam a necessidade de uma produção de energia tão alta. Aliás, existem alternativas para o abastecimento de energia elétrica no Estado de Roraima. Algumas já estão previstas, como é o caso da ligação do Estado ao Sistema Interligado Nacional, esperado para 2014, e que resolveria os problemas de consumo na região. Outras alternativas estão sendo levantadas pelos movimentos sociais, como é o caso do estudo do potencial eólico de Roraima, uma vez que o Estado destaca no Atlas Energético Nacional por seu potencial ímpar neste tipo de geração de energia. Ou seja, a insistência na construção da hidroelétrica do Bem Querer deve ser contemplada nesta análise de que, definitivamente, venha suprir necessidades de exportação ou de futuros grandes empreendimentos econômicos, como a exploração mineral.

Esta brevíssima análise dos conflitos socioambientais latentes hoje no Estado de Roraima, que precisariam de uma maior e mais completa abordagem específica, confirmam o que viemos apresentando neste trabalho. Percebemos que as iniciativas legislativas e os empreendimentos econômicos que estão sendo cogitados e planejados no Estado de Roraima respondem a um modelo de crescimento econômico extrativista e exportador, coincidente com os anseios da classe política tradicional do Estado, com a lógica de crescimento do PAC o Governo Federal e com a projeção territorial que a IIRSA desenha sobre este território no contexto do Escudo das Guianas e do processo de integração física da América do Sul. Se continuar o avanço sobre estas trilhas em nome de um pretendido desenvolvimento, podemos prever em Roraima a manutenção da insegurança dos direitos territoriais dos povos indígenas, bem como a afetação de Unidades de Conservação e a virada das políticas de Assentamento de Reforma Agrária para tornar a Agricultura Familiar em trabalhador da indústria do biocombustível.

Recebido em fevereiro de 2012; aprovado em abril de 2012

Referências Bibliográficas

Argenta Câmara, M. (2012). *Movimentos sócio-territoriais e a construção de territorialidades contra-hegêmicas na Bolívia. Uma contribuição desde a Geografia para o estudo dos movimentos sociais*. CLACSO, Buenos Aires, 2012.

Bara Neto, P. (2006). Hacia un desarrollo sustentable e integrado de la Amazonía. En Revista CEPAL – SERIE Recursos Naturales e infraestructura. Santiago de Chile, junio de 2006.

Cairo, H. (2003). Panregiones: las viejas y nuevas ideas geopolíticas. En Rocha Valencia, A. (2003): *La integración regional de América Latina en una encrucijada histórica*. Universidad de Guadalajara. Guadalajara (México), 2003.

Carvalho, J.G. (2008). Os Bancos Multilaterais e o Complexo Rio Madeira: a tentativa de garantir o controle dos recursos naturais da Amazônia para o grande capital. (Enviado directamente por Guilherme Carvalho al autor de este trabajo)(2010). *Grandes obras de infraestrutura na região amazônica: histórico, tendencias e desafios*. (Enviado directamente por Guilherme Carvalho al autor de este trabajo).

_____(2004). *A integração Sul-americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA*. (Enviado por Guilherme Carvalho al autor de este trabajo)

Dourojeanni, M. (2009). Hidroeléctricas en la Amazonía peruana. En La Revista Agraria n°109. Lima, julio 2009.

Falero, A. (2008). Las batallas por la subjetividad: luchas sociales y construcción de derechos en Uruguay. FANELCR, Montevideo, 2008

Fearnside, Ph. (2008): Hidroeléctricas como “fábricas de metano”: o papel dos reservatórios em áreas de floresta tropical na emissão de gases de efeito estufa. OECOL-BRAS N° 12.

Fernandes de Carvalho, J. (2007). A territorialização na mundialização do Capital. En Revista Espaço Acadêmico n° 76. Septiembre de 2007.

Haesbaert, R. (2010). *Regional – Global. Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.(2011). *Territórios alternativos*. Contexto, São Paulo. (2010). *O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade*. 5ª Edição. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

Haldenwang, Ch. (2005). Integración regional en América Latina. La perspectiva de la gobernabilidad. En Revista Nueva Sociedad n° 195. Montevideo, enero-febrero 2005.

Harvey, D. (2008). *Compresión espacio-temporal y condición posmoderna*.

Honty, G. (2006). Energía en Sudamérica: una interconexión que no integra. En *Revista Nueva Sociedad n° 204*. Montevideo, julio-agosto 2006.

Instituto Socioambiental (2012). *Diversidade socioambiental de Roraima*. ISA, Boa Vista.

Kroemer, G. (2008). Levantamento de povos indígenas em situação de *isolamento e risco*. *Diário de Gunter Kroemer*. (Enviado por amigos de Gunter Kroemer directamente al autor de este trabajo)

Laats, H. (2010). El dilema amazónico: la construcción de mega-represas en el Río Madeira. CEADDESC, Santa Cruz de la Sierra, 2010.

Leff, E. (2002). Saber ambiental. Siglo XXI Editores. México, 2002. En http://books.google.com/books/ucm?id=k5LtOJyQIQC&printsec=frontcover&dq=inauthor:%22Enrique+Leff%22&lr=&as_brr=0&hl=es&cd=1#v=onepage&q&f=false

Navarro, M. (2008). Visión de Negocios del Eje Perú-Brasil-Bolivia, en <http://iirsa.org>.

Piazzini Suárez, C.E. (2008). “El tiempo situado: las temporalidades después del giro espacial” en Diego Herrera Gómez y Carlo Emilio Piazzini S. (edits.), *(Des)territorialidades y (No)lugares. Procesos de configuración y transformación social del espacio*. Medellín: Universidad de Antioquia, pp. 55-73.

Pontes, Felicio. (2010). Belo Monte de violências I. Artículo publicado en blog http://telmadmonteiro.blogspot.com/2010_09_01_archive.html

Pizarro, R. (2008). El difícil camino de la integración regional. En Revista Nueva Sociedad, n° 214. Montevideo, marzo-abril 2008.

Plataforma DhESCA (2008). Violações de direitos humanos ambientais no Complexo Madeira. En <http://www.dhescbrasil.org.br/>.

PORTO-GONÇALVES, C.W. (2009). As conseqüências sociais e ambientais da prioridade ao monocultivo. En ALAI, JUNIO DE 2009. <http://alainet.org/>

_____ (2007). Implicações ecológicas e políticas do etanol. En ALAI, abril de 2007. <http://alainet.org/>

_____ (2008). A geografia se faz história pela política. En ALAI, septiembre de 2009. <http://alainet.org/>

_____ (2008). A guerra do gás continua. En ALAI, septiembre de 2008. <http://alainet.org/>

_____ (2010). A luta pela reapropriação social da natureza. En ALAI, julio de 2010. <http://alainet.org/>

_____ (2008). A nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna. En ALAI, febrero de 2008. <http://alainet.org/>

_____ (2010). De sabores, de saberes e de poderes. En ALAI, junio de 2010. <http://alainet.org/>

_____ (2008). La reinención de los territorios. En ALAI, junio de 2008.

_____ (2005). O Arco, a Corda e a Flecha do Desmatamento. En ALAI, febrero de 2005. <http://alainet.org/>

_____ (2001): Amazônia, Amazônias. Editorial Contexto, São Paulo, 2001. En <http://books.google.com>

_____ (2001). Geo-grafías. Movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. Editorial Siglo XXI. México, 2001. En <http://books.google.com>

Preciado, J. (2008). América Latina no Sistema-Mundo: questionamentos e lianças centro-periferia. En Caderno CRH, Salvador, v. 21. Mayo/Agosto, 2008

Revilla Blanco, M. (2010). América Latina y los movimientos sociales: el presente de la “rebelión del cor”. En Revista Nueva Sociedad ° 227. Montevideo, mayo-junio 2010.

Santos, M. (1995). A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. En *Anales de Geografía de la Universidad Complutense n° 15*. Universidad Complutense, Madrid, 1995.

_____ (1986). *Por uma geografia nova. Da crítica da Geografia a uma geografia crítica.*. Terceira Edição. HUCITEC, São Paulo, 1986.

_____ (1993). Los espacios de la globalización. En *Anales de Geografía de la Universidad Complutense, n° 13*. Universidad Complutense, Madrid, 1993.

_____ (1996). Los nuevos mundos d la geografia. En *Anales de Geografía de la Universidad Complutense, n° 16*. Universidad Complutense, Madrid, 1996.

_____ (2005). O retorno do territorio. En *OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6, n° 16*. CLACSO Buenos Aires, 2005.

_____ (2002). A natureza do espaço. EDUSP, São Paulo, 2002.

_____ (2004) Por otra globalización. Del pensamiento único a la conciencia universal. Convenio Andrés Bello, São Paulo, 2004.

Stiglitz, J.: El rumbo de las reformas. Hacia una nueva agenda para América Latina. En *Revista de la CEPAL*, N° 80. Agosto de 2003.

Svampa, Maristella 2012 “Consenso de los *commodities*, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina” en *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) Año XIII, N°32, noviembre.

Taylor, P: (1994). *Geografía política. Economía-mundo, Estado-nación y localidad*. Trama Editorial, Madrid, 1994.